



Lei Municipal Nº 3.286, de 21 de março de 2022.

Autor do Projeto: Mesa Diretora

ALTERA, ACRESCENTA E REVOGA DISPOSITIVOS À LEI Nº 2.879, DE 09 DE JULHO DE 2015, QUE DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM.

O Presidente da Câmara Municipal de Itapemirim, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que o Plenário da Câmara APROVOU, e ele PROMULGA a seguinte Lei:

Art. 1º. A [Lei Municipal nº 2.879, de 09 de julho de 2015](#), que dispõe sobre a Estrutura Administrativa da Câmara Municipal de Itapemirim, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 4º.
I.
II.
III.
IV.
V.
VI.
f) *Gerência de Comunicação Social.*
VII.
h) *Coordenação de Comunicação Social.*
VIII.” (NR)

“Art. 16.
I.
II.
III. *Assistente de Gabinete Nível I – 07 (sete).*” (NR)

“Art. 20.
I.
II. *Assistente de Gabinete Nível I – 05 (cinco).*” (NR)

“Art. 22.
I.



- II.
- III.
- IV.
- V. *Assessor Jurídico – 02 (dois);*
- VI.
- VII. *Assistente Legislativo – 04 (quatro).” (NR)*

- “**Art. 26.**
- I.
 - II.
 - III. *Assistente de Controle Interno – 04 (quatro).” (NR)*

- “**Art. 29.**
- I.
 - II. *Assistente Administrativo – 02 (dois).” (NR)*

- “**Art. 38.**
- I.
 - II. *Assistente Administrativo – 04 (quatro).” (NR)*

- “**Art. 46.**
- I.
 - II. *Assistente Administrativo – 02 (dois).” (NR)*

- “**Art. 58.**
- I.
 - II.
 - III.
 - IV.
 - V.
 - VI.

§1º. O servidor efetivo receberá gratificação de R\$ 700,00 (setecentos reais) mensais, enquanto participar da Comissão de Licitação ou da Equipe de apoio ao Pregão.

§2º. O servidor efetivo receberá gratificação de R\$ 900,00 (novecentos reais) mensais, enquanto participar da Comissão de Licitação como Presidente, ou como Pregoeiro.” (NR)



“Art. 75.
I. *Assistente Administrativo – 04 (quatro).*” (NR)

“Art. 79. *O servidor efetivo designado para ocupar cargo em comissão, poderá optar pelo recebimento do padrão salarial do cargo comissionado, ou pelo recebimento dos vencimentos do cargo de carreira acrescido de uma gratificação adicional de 70% (setenta por cento) do valor do cargo em comissão.*” (NR)

Art. 2º. Ficam alterados o **“Organograma Sintético”** e **“Organograma Analítico”** da Câmara de Itapemirim, previstos nos Anexos I e II da Lei 2.879, de 09 de julho de 2015, que passam a vigorar conforme o Anexo I e II desta Lei.

Art. 3º. Ficam alterados os quadros dos **“Cargos em Comissão – Descrição Sintética”** **“Cargos em Comissão – Descrição Analítica”**, previstos no Anexo III e IV da Lei 2.879, de 09 de julho de 2015, que passam a vigorar conforme o Anexo II e III desta Lei.

Art. 4º. A Lei Municipal nº 2.879, de 09 de julho de 2015, passa a vigorar acrescida dos artigos 50-A, 50-B e 50-C, Subseção VI da Sessão VI, da **Gerência de Comunicação Social**:

“CAPÍTULO II

Seção VI

Subseção VI

Da Gerência de Comunicação Social

Art. 50-A. *A Gerência de Comunicação Social é um órgão vinculado ao Diretor Geral, responsável pelo assessoramento na área de Comunicação. Acompanha e divulga as atividades oficiais da Câmara de Itapemirim, pela sua home page (site) e mídias sociais, além do trabalho de assessoria de imprensa e de comunicação e fiscalização dos contratos para prestação de serviços gerais de comunicação.*

Art. 50-B. *Compõe a Gerência de Comunicação Social o seguinte cargo, também demonstrado no Anexo II desta lei, sem prejuízo do que dispõe o Anexo IV desta Lei:*

I. *Gerente de Comunicação Social – 01 (um).*

Art. 50-C. *Compete a Gerência de Comunicação Social:*

I. *Manter um cadastro de entidades, autoridades e personalidades para comunicação social;*



II. Elaborar e divulgar material de propaganda e comunicação social da Câmara Municipal de Itapemirim;

III. Elaborar matérias noticiosas de interesse da Câmara e providenciar a sua divulgação na home page (site), redes sociais e órgãos de comunicação;

IV. Assessorar todos os Vereadores no que tange a comunicação e intermediação com todos os órgãos de imprensa;

V. Manter-se atualizado em relação às tendências e inovações tecnológicas de sua área de atuação e das necessidades do setor;

VI. Praticar outras atividades atribuídas pela Direção Geral e Presidência desta Casa de Leis;" (NR)

Art. 5º. A Lei Municipal nº 2.879, de 09 de julho de 2015, passa a vigorar acrescida dos artigos 73-A, 73-B e 73-C, Subseção VII da Sessão VIII, da **Coordenação de Comunicação Social**:

"CAPÍTULO II

Seção VII

Subseção VIII

Da Coordenação de Comunicação Social

Art. 73-A. A Coordenação de Comunicação Social é um órgão de apoio específico, vinculado à Gerência de Comunicação Social.

Art. 73-B. Compõe a Coordenação de Comunicação Social o seguinte cargo, também demonstrado no Anexo II desta lei, sem prejuízo do que dispõe o Anexo IV desta Lei:

I. Coordenador de Comunicação Social – 01 (um).

Art. 73-C. Compete a Coordenação de Comunicação Social:

I. Desenvolver atividades técnicas de apoio, envolvendo a preparação de equipamentos e outros itens necessários para a organização e execução das Sessões Plenárias e outros eventos sediados pela Câmara de Itapemirim;

II. Providenciar, organizar e proceder com a divulgação, conforme orientações recebidas e normas definidas da sua Gerência, dos eventos promovidos pela Câmara;



III. Colaborar, durante a realização das Sessões Plenárias e eventos, recepcionando, fornecendo informações ao público, bem como registrando fatos com fotos e vídeos;

IV. Participar de elaboração de relatórios de atividades e registros diversos, conforme procedimentos preestabelecidos;

V. Zelar pela guarda, conservação, manutenção e limpeza dos equipamentos, instrumentos e materiais utilizados, bem como do seu local de trabalho;

VI. Executar outras atividades correlatas conforme necessidade ou a critério da sua Gerência.” (NR)

Art. 6º. A Lei Municipal nº 2.879, de 09 de julho de 2015, passa a vigorar acrescida do artigo 120-A, do Capítulo V, quanto ao **abono natalício**:

“CAPÍTULO V

.....
Art. 120-A. O servidor público ativo da Câmara Municipal de Itapemirim, receberá Abono Natalício de 01 (um) crédito de auxílio alimentação mensal, sendo o pagamento correspondente ao mês de seu aniversário.”
(NR)

Art. 7º. Ficam revogados os incisos VI do Art. 16, V do Art. 20, VIII do art. 22, IV do Art. 26, III do Art. 69, II do Art. 75 e todo o Capítulo IV do **Estágio**, a saber dos Arts. 108 a 116 e seus dispositivos, da Lei Municipal nº 2.879, de 09 de julho de 2015.

Art. 8º. O disposto no artigo 120-A desta lei terá seus efeitos financeiros retroagidos a 1º de janeiro de 2022.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Itapemirim-ES, 21 de março de 2022.

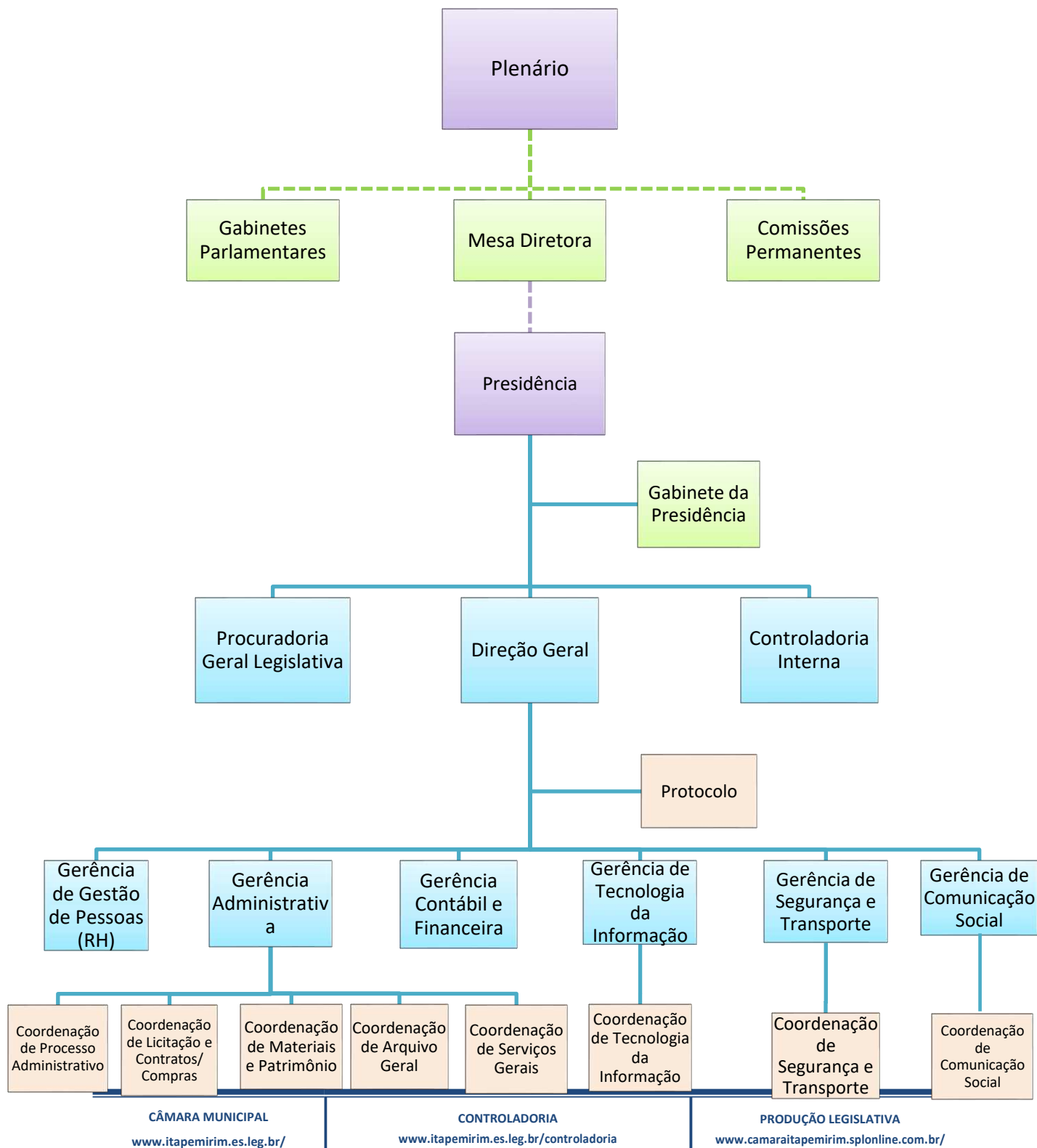
José de Oliveira Lima
Vereador-Presidente



ANEXO I

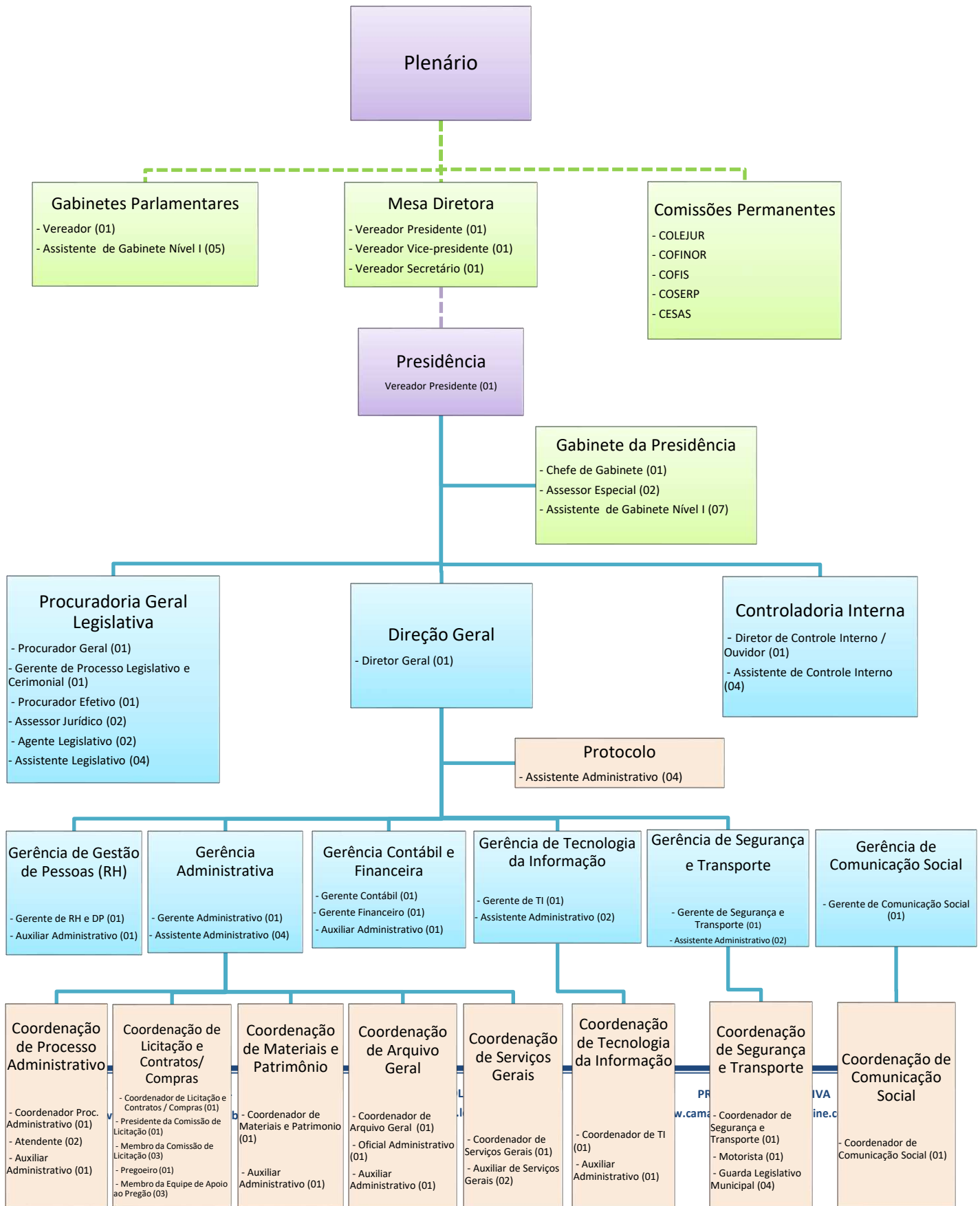
(Altera o Anexo I da Lei Municipal nº 2.879/2015)

“ANEXO I ORGANOGRAMA SINTÉTICO DA CMI” (NR)



ANEXO II
(Altera o Anexo II da Lei Municipal nº 2.879/2015)

**“ANEXO II
ORGANOGRAMA ANALÍTICO DA CMI” (NR)**





ANEXO III
(Altera o Anexo III da Lei Municipal nº 2.879/2015)

“ANEXO III
DOS CARGOS EM COMISSÃO – DESCRIÇÃO SINTÉTICA

DENOMINAÇÃO	REQUISITO	REFERÊNCIA	VENCIMENTO R\$	QUANTIDADE	NATUREZA DA ATRIBUIÇÃO
Procurador Geral Legislativo	Livre Escolha dentre inscritos na OAB-ES	CC-1	10.127,25	01	Natureza de Direção
Diretor	Livre Escolha	CC-2	5.542,05	02	Natureza de Direção
Gerente	Livre Escolha	CC-3	3.934,70	08	Natureza de Direção
Chefe de Gabinete	Livre Escolha	CC-3	3.934,70	01	Natureza de Direção
Assessor Jurídico	Livre Escolha dentre inscritos na OAB-ES	CC-3	3.934,70	02	Natureza de Assessoramento
Assessor Especial	Livre Escolha	CC-4	2.282,00	02	Natureza de Chefia
Coordenador	Livre Escolha	CC-4	2.282,00	08	Natureza de Chefia
Assistente de Gabinete de Vereadores (GV) – NÍVEL I	Livre Escolha	CC-5	2.038,05	57	Natureza de Assessoramento
Assistente Legislativo	Livre Escolha	CC-8	1.212,00	04	Natureza de Assessoramento
Assistente de Controle Interno	Livre Escolha	CC-8	1.212,00	04	Natureza de Assessoramento
Assistente Administrativo	Livre Escolha	CC-8	1.212,00	14	Natureza de Assessoramento
			TOTAL	103	

“(NR)



ANEXO IV
(Altera o Anexo IV da Lei Municipal nº 2.879/2015)

“ANEXO IV
DOS CARGOS EM COMISSÃO – DESCRIÇÃO ANALÍTICA

DENOMINAÇÃO	REQUISITO	REFERÊNCIA	VENCIMENTO R\$	QUANTIDADE	NATUREZA DA ATRIBUIÇÃO
Procurador Geral Legislativo	Livre Escolha dentre inscritos na OAB-ES	CC-1	10.127,25	01	Natureza de Direção
Diretor Geral	Livre Escolha	CC-2	5.542,05	01	Natureza de Direção
Diretor de Controle Interno / Ouvidor	Livre Escolha	CC-2	5.542,05	01	Natureza de Direção
Gerente de Processo Legislativo e Cerimonial	Livre Escolha	CC-3	3.934,70	01	Natureza de Direção
Gerente de Gestão de Pessoas (RH);	Livre Escolha	CC-3	3.934,70	01	Natureza de Direção
Gerente Administrativo	Livre Escolha	CC-3	3.934,70	01	Natureza de Direção
Gerente Contábil	Livre Escolha	CC-3	3.934,70	01	Natureza de Direção
Gerente Financeiro	Livre Escolha	CC-3	3.934,70	01	Natureza de Direção
Gerente de Tecnologia da Informação	Livre Escolha	CC-3	3.934,70	01	Natureza de Direção
Gerente de Segurança e Transporte	Livre Escolha	CC-3	3.934,70	01	Natureza de Direção
Gerente de Comunicação Social	Livre Escolha	CC-3	3.934,70	01	Natureza de Direção
Chefe de Gabinete	Livre Escolha	CC-3	3.934,70	01	Natureza de Direção
Assessor Jurídico	Livre Escolha dentre inscritos na OAB-ES	CC-3	3.934,70	02	Natureza de Assessoramento
Assessor Especial	Livre Escolha	CC-4	2.282,00	02	Natureza de Chefia
Coordenador de Processo Administrativo	Livre Escolha	CC-4	2.282,00	01	Natureza de Chefia
Coordenador de Licitação, Contratos	Livre Escolha	CC-4	2.282,00	01	Natureza de Chefia



e Compras					
Coordenador de Materiais e Patrimônio	Livre Escolha	CC-4	2.282,00	01	Natureza de Chefia
Coordenador de Arquivo Geral	Livre Escolha	CC-4	2.282,00	01	Natureza de Chefia
Coordenador de Serviços Gerais	Livre Escolha	CC-4	2.282,00	01	Natureza de Chefia
Coordenador de Tecnologia da Informação	Livre Escolha	CC-4	2.282,00	01	Natureza de Chefia
Coordenador de Segurança e Transporte	Livre Escolha	CC-4	2.282,00	01	Natureza de Chefia
Coordenador de Comunicação Social	Livre Escolha	CC-4	2.282,00	01	Natureza de Chefia
Assistente de Gabinete de Vereadores (GV) - NÍVEL I	Livre Escolha	CC-5	2.038,05	57	Natureza de Assessoramento
Assistente Legislativo	Livre Escolha	CC-8	1.212,00	04	Natureza de Assessoramento
Assistente de Controle Interno	Livre Escolha	CC-8	1.212,00	04	Natureza de Assessoramento
Assistente Administrativo	Livre Escolha	CC-8	1.212,00	14	Natureza de Assessoramento
			TOTAL	103	

“(NR)”



CÂMARA MUNICIPAL DE
ITAPEMIRIM
PODER LEGISLATIVO

Rua Adiles André, s/nº
Bairro Serra Mar
Itapemirim-ES
CEP: 29.330-000
Fone/Fax: (28) 3529-5108
E-mail: camara@camaraitapemirim.es.gov.br



Lei Municipal Nº 3.284, de 14 de março de 2022.

Autor do Projeto: Mesa Diretora

ALTERA O §1º DO ART. 2º DA LEI MUNICIPAL Nº 2.918, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015, QUE DISCIPLINA A CONCESSÃO DE AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO DOS SERVIDORES ATIVOS (EFETIVOS E COMISSIONADOS) DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM.

O Presidente da Câmara Municipal de Itapemirim, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que o Plenário da Câmara APROVOU, e ele PROMULGA a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica alterado o [§1º do Art. 2º da Lei Municipal nº 2.918, de 21 de dezembro de 2015](#), que disciplina a concessão do Auxílio Alimentação dos Servidores ativos da Câmara Municipal de Itapemirim, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º.

§1º. *O benefício mencionado no “caput” deste artigo será concedido mensalmente, através de auxílio alimentação, que poderá ser utilizado nos supermercados, restaurantes, padarias, açougues e outros, no valor de 01 (um) salário mínimo nacional vigente.*

.....”(NR)

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapemirim-ES, 14 de março de 2022.

José de Oliveira Lima
Vereador-Presidente





PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM-ES
Gabinete do Prefeito - GAP

LEI DE Nº 3.300, DE 8 DE JUNHO DE 2022.

DISCIPLINA A CONCESSÃO DE AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES ATIVOS (EFETIVOS E COMISSIONADOS) DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPEMIRIM, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica do município faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e ele, em seu nome, sanciona e promulga a seguinte Lei :

Art. 1º Fica o Poder Legislativo Municipal autorizado a proceder à concessão do benefício auxílio-alimentação aos servidores públicos ativos, efetivos e comissionados, da Câmara Municipal de Itapemirim, em pleno exercício de suas funções.

§ 1º O benefício mencionado no caput deste artigo será concedido mensalmente, no valor de R\$ 1.425,00 (um mil, quatrocentos e vinte e cinco reais).

§ 2º O servidor que acumula cargo ou emprego público, na forma da Constituição Federal, fará jus à percepção do benefício criado no “caput” deste artigo, relativo à apenas um dos cargos, se estiverem em um mesmo vínculo.

§ 3º Havendo capacidade financeira comprovada por estudo de impacto e compatibilidade legal, o Presidente da Câmara Municipal de Itapemirim deverá revisar os valores estabelecidos no parágrafo primeiro, por meio de portaria, no mês de janeiro de cada ano, de acordo com a variação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), acumulada nos doze meses do último exercício (janeiro a dezembro) anterior ao reajuste.

Art. 2º O benefício auxílio-alimentação não será:

- I. - Incorporado ao vencimento, remuneração, provento ou pensão;
- II. Configurado como rendimento tributável e nem sofrerá incidência de contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público;
- III. Caracterizado como salário-utilidade ou prestação salarial *in natura*.

Praça Domingos José Martins, S/N, Centro, Itapemirim, Espírito Santo – CNPJ: 27.174.168/0001-70
gabinete@itapemirim.es.gov.br - www.itapemirim.es.gov.br

Assinado digitalmente
JOSE DO CARVALHO LIMA
08/06/2022 - 12:40:46



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM-ES
Gabinete do Prefeito - GAP

Art. 3º. A concessão do benefício de que trata a presente Lei será efetuada em pecúnia ou cartão magnético para servidores efetivos, e em cartão magnético para servidores em cargos comissionados, conforme opção para o servidor efetivo, firmada mediante preenchimento de formulário próprio, Anexo I desta lei, que será fornecido pelo setor de Recursos Humanos e autorizado pelo Presidente da Câmara Municipal de Itapemirim.

Art. 4º Considerar-se-á em pleno exercício de suas funções, para efeitos desta Lei, o servidor que na data de vigência da mesma, estiver afastado em conformidade com os artigos 57 e 99 do Estatuto dos Servidores Públicos de Itapemirim, desde que vinculado ao quadro de pessoal da Câmara Municipal de Itapemirim.

Art. 5º Todas as despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotações próprias do Orçamento da Câmara Municipal de Itapemirim.

Art. 6º Ficam revogadas as disposições em contrário, a [Lei nº 2.918, de 21 de dezembro de 2015](#), que dispõe sobre concessão de auxílio-alimentação aos servidores públicos do Legislativo de Itapemirim, e suas alterações.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se, cumpra-se!

Itapemirim-ES, 8 de junho de 2022.

JOSÉ DE OLIVEIRA LIMA
Prefeito de Itapemirim

Praça Domingos José Martins, S/N, Centro, Itapemirim, Espírito Santo – CNPJ: 27.174.168/0001-70
gabinete@itapemirim.es.gov.br - www.itapemirim.es.gov.br



Lei Municipal Nº 3.289, de 29 de março de 2022.

Autor do Projeto: Mesa Diretora

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO ADICIONAL DE PERICULOSIDADE AOS GUARDAS LEGISLATIVOS MUNICIPAIS PERTENCENTES AO QUADRO PERMANENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM NOS TERMOS EM QUE ESPECIFICA.

O Presidente da Câmara Municipal de Itapemirim, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que o Plenário da Câmara APROVOU, e ele PROMULGA a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica concedido o Adicional de Periculosidade aos Guardas Legislativos Municipais pertencentes ao quadro permanente da Câmara Municipal de Itapemirim.

Parágrafo Único. Terá direito ao Adicional de Periculosidade de que trata o *caput* deste artigo, o Guarda Legislativo Municipal que estiver em plena atividade de suas funções na Câmara Municipal de Itapemirim.

Art. 2º. O Adicional de Periculosidade será pago na base de 30% (trinta por cento) sobre o salário-base, excluídos do cálculo os acréscimos provenientes de gratificações, prêmios e outros adicionais.

Art. 3º. Para efetivação desta Lei serão considerados os incisos XXII e XXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, Lei Federal nº 12.740/2012 e Portaria MTE nº 1.885/2013.

Art. 4º. São consideradas atividades ou operações perigosas àquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem risco acentuado decorrentes da exposição contínua do trabalhador a:

- I. Roubos;
- II. Violência física;
- III. Ato de perseguição;
- IV. Ameaça.

Parágrafo Único. O rol explicitado neste artigo tem caráter taxativo, não se admitindo aplicar analogia.

Art. 5º. O direito ao recebimento do Adicional de Periculosidade de que trata esta Lei será preservado nos casos em que houver afastamento considerado de efetivo exercício, na forma da lei.

Parágrafo Único. A Gerência e a Coordenação de Segurança e Transporte da Câmara Municipal de Itapemirim deverão fiscalizar e avaliar as atividades desenvolvidas pelos Guardas Legislativos Municipais a fim de se promover o pagamento do Adicional de Periculosidade, comunicando à Gerência de Gestão de Pessoas (RH) os casos em que os servidores não se enquadrarem nos critérios estabelecidos por esta Lei.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos financeiros à 1º de janeiro de 2022, e revoga “*in totum*” a [Lei Municipal nº 3.228, de 08 de junho de 2021](#).

Itapemirim-ES, 29 de março de 2022.

José de Oliveira Lima
Vereador-Presidente
Biênio 2021-2022



LEIS



MUNICÍPIO DE ITAPEMIRIM
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Gabinete do Prefeito

Atividade digitalizada
JOSÉ DE OLIVEIRA LIMA 94812373700
13/04/2022 - 15:20:28

LEI COMPLEMENTAR Nº 260, DE 13 DE ABRIL DE 2022.

*AUTORIZA O PODER EXECUTIVO
MUNICIPAL A CONCEDER REVISÃO
GERAL ANUAL AOS SERVIDORES
PÚBLICOS MUNICIPAIS DA
ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA,
NOS TERMOS DO INCISO X DO ART. 37 DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL.*

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPEMIRIM**, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e ele, em seu nome, sanciona e promulga a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder revisão geral anual da remuneração dos seus servidores públicos municipais da administração direta e indireta do Poder Executivo Municipal, efetivos, contratados, empregados públicos ou em comissão, inativos e pensionistas, a fim de preservar o valor aquisitivo de moeda e recompor as perdas ocasionadas pelo processo inflacionário.

Parágrafo único. O percentual de revisão geral aplicado será de 11,0796% (vírgula zero setecentos e noventa e seis por cento)), tendo como referência o índice do INPC/IBGE de novembro de 2020 a outubro de 2021.

Art. 2º Aos servidores inativos e pensionistas que percebem proventos pagos pelo IPREVITA com direito à paridade, respeitar-se-á os índices e datas contidos nesta lei.

Parágrafo único. Àqueles que ingressaram no serviço público antes da publicação das Emendas Constitucionais 20/1998 e 41/2003 e se aposentaram após a EC 41/2003 destina-se o direito à



MUNICÍPIO DE ITAPEMIRIM
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Gabinete do Prefeito

paridade e à integralidade remuneratória, observados os requisitos estabelecidos nos Arts. 2º e 3º da EC 47/2005 e respeitado o direito de opção pelo regime transitório ou pelo novo regime.

Art. 3º As despesas com a execução desta Lei Complementar correrão à conta das dotações consignadas nos orçamentos vigentes para o 2022 do Poder Executivo Municipal e das respectivas autarquias, cada qual segundo as despesas inerentes a seus respectivos quadros, ficando o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à suplementação de recursos ou abertura de créditos adicionais especiais, caso necessário.

Art. 4º. - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo-se seus efeitos a 1º de janeiro de 2022.

Itapemirim-ES, 13 de abril de 2022.

JOSÉ DE OLIVEIRA LIMA
Prefeito em Exercício

LEIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM-ES
Gabinete do Prefeito - GAP

LEI COMPLEMENTAR DE Nº 261, DE 20 DE JUNHO DE 2022.

***AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A
CONCEDER REVISÃO GERAL ANUAL AOS
SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DA
ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA, NOS
TERMOS DO INCISO X DO ART. 37 DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL.***

O PREFEITO DE ITAPEMIRIM, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica do município faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e ele, em seu nome, sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder revisão geral anual da remuneração dos seus servidores públicos municipais da administração direta e indireta do Poder Executivo Municipal, efetivos, contratados, empregados públicos ou em comissão, inativos e pensionistas, a fim de preservar o valor aquisitivo de moeda e recompor as perdas ocasionadas pelo processo inflacionário.

§1º. O percentual de revisão geral aplicado será de **5,30%** (cinco vírgula trinta por cento), tendo como referência o índice do INPC/IBGE de novembro de 2019 a outubro de 2020 adicionado da diferença percentual proveniente do reajuste de novembro de 2020 a outubro de 2021, dado pela Lei Complementar nº 260, de 13 de abril de 2022.

§2º. O percentual aplicado pela Lei Complementar Municipal nº 260, de 13 de abril de 2022 deverá ser calculado sobre o valor revisto por esta Lei Complementar, pagando-se aos servidores as diferenças devidamente apuradas, de forma retroativa, em razão da indevida não concessão da presente revisão no período em referência.

Art. 2º Aos servidores inativos e pensionistas que percebem proventos pagos pelo IPREVITA com direito à paridade, respeitar-se-á os índices e datas contidos nesta lei complementar.

Praça Domingos José Martins, S/N, Centro, Itapemirim, Espírito Santo – CNPJ: 27.174.168/0001-70
gabinete@itapemirim.es.gov.br - www.itapemirim.es.gov.br

Assinado digitalmente
JOSE DE OLIVEIRA LIMA 9481237300
20/06/2022 - 10:07:35



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM-ES
Gabinete do Prefeito - GAP

Parágrafo Único. Aqueles que ingressaram no serviço público antes da publicação das Emendas Constitucionais 20/1998 e 41/2003 e se aposentaram após a EC 41/2003 destina-se o direito à paridade e à integralidade remuneratória, observados os requisitos estabelecidos nos Arts. 2º e 3º da EC 47/2005 e respeitado o direito de opção pelo regime transitório ou pelo novo regime.

Art. 3º As despesas com a execução desta Lei Complementar correrão à conta das dotações consignadas nos orçamentos vigentes para o ano de 2022 do Poder Executivo Municipal e das respectivas autarquias, cada qual segundo as despesas inerentes a seus respectivos quadros, ficando o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à suplementação de recursos ou abertura de créditos adicionais especiais, caso necessário.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo-se seus efeitos a 1º de janeiro de 2022.

Itapemirim-ES, 20 de junho de 2022.

JOSÉ DE OLIVEIRA LIMA
Prefeito em Exercício